

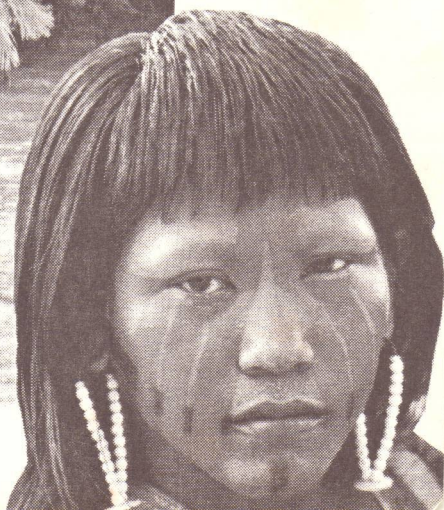
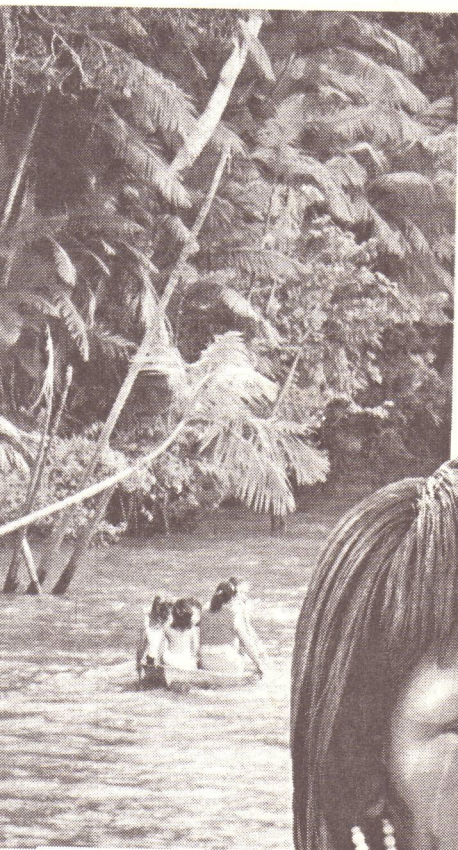
PTDN. APS. SUA D. 000 384

**CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE DA 2ª
CONFERÊNCIA DA AMAZÔNIA**

DEPUTADO ZÉ GERALDO - PT/PA



**INVESTIMENTO,
DESENVOLVIMENTO E
SUSTENTABILIDADE:
UMA OUTRA
AMAZÔNIA É POSSÍVEL**



INTRODUÇÃO

O Brasil possui 63,4% da Amazônia sul-americana que corresponde aos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, ou seja, 61% do território brasileiro que corresponde a uma área de 5.046.143 km², com uma população residente de 17.774.490 habitantes, com densidade demográfica de 3,52 hab/ km².¹ A destruição da floresta por madeireiras e pecuaristas, a poluição dos rios por resíduos industriais e do garimpo, a degradação promovida pelos grandes programas de mineração e hidrelétrica, a redução numérica da população indígena e a invasão de suas reservas, a proliferação de doenças endêmicas, o alto índice de analfabetos e de indigência na região, compõem o retrato da Amazônia, que possui as maiores riquezas naturais, uma população trabalhadora que vive em permanente conflito em ciclos polêmicos de desenvolvimento.

O desenvolvimento economicista na Amazônia implementado pelo capitalismo tem provocado uma dívida ao patrimônio geofísico, populacional e sociocultural de proporções enormes.

É indiscutível a transformação que sofre a Amazônia. A natureza passa a ser o maior fator de acumulação do capital. Um espaço com uma grande diversidade de riquezas naturais e étnico-cultural tem sido palco na última década principalmente, de transformações sociais significantes, onde se registrou os maiores índices do país em crescimento populacional, com um processo migratório interestadual e estadual dinâmico provocando o inchaço dos espaços urbanos, aumentando a miséria, a violência, o desemprego e a pauperização das cidades no entorno dos grandes projetos capitalistas.

AS INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS

Desde quando FHC assumiu a Presidência da República, foi colocada na mesa a discussão sobre o fim dos incentivos fiscais na Amazônia, que são administrados pelo Banco da Amazônia – BASA e pela extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, hoje ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia.

O Banco da Amazônia gerencia o FNO – Fundo Constitucional do Norte, aprovado na Constituição de 1988, regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, sendo os recursos provenientes dos impostos sobre produtos industrializados e renda.

A extinta SUDAM gerenciava os recursos do FINAM – Fundo de Investimentos na Amazônia, provenientes do Imposto de Renda das Empresas, que deixam de pagar na fonte, na forma da Lei 9.532/97, art. 5º, é da ordem de 18%. São estas isenções que formam o FINAM e é por isto que este dinheiro é público e como tal, precisa ser aplicado e fiscalizado, para gerar mais emprego e distribuição igualitária de renda. A má distribuição, o apadrinhamento e a corrupção nos órgãos de financiamento, vide caso SUDAM, SUDENE promovidos por Superintendentes e “caciques”

políticos, mas precisamente o ex-Senador Jader Barbalho, Deputado Federal Priante e mais a briga pelo poder em Brasília, com outros “caciques” do Nordeste, como o ex-Senador Antonio Carlos Magalhães, fizeram com que toda a corrupção da SUDAM ocupasse durante meses espaço na imprensa nacional, fazendo com que de maneira inconstitucional o Presidente da República usando a famigerada Medida Provisória decretasse o fim da SUDAM e da SUDENE, quando o correto seria apurar e punir todos os culpados e apresentar um projeto de lei amplamente discutido para decidir sobre estas Superintendências e não atender de imediato, o mais interessado o FMI – Fundo Monetário Internacional.

Desta forma, a Região Norte perde uma fonte de recursos interessante, que, se fosse administrada de forma correta, poderia efetivamente contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, promovendo a geração de emprego e renda para a população, o desenvolvimento de empresas locais, da agricultura familiar, da eletrificação rural, da educação, da saúde no campo e na cidade e tantas outras políticas sociais que poderiam ser geradas com o montante de recursos destinados a estes órgãos.

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Segundo dados da extinta SUDAM², no período de outubro /91 a novembro/97 o Conselho Deliberativo daquele órgão, aprovou 527 projetos de colaboração financeira distribuídos da seguinte forma: 255 agropecuários; 44 agroindustriais; 179 industriais e 49 serviços. O montante de recursos disponibilizados foi na ordem de R\$14.975.805.407,64, deste montante R\$ 3.569.111.101,77 oriundos do FINAM (23,83%) e R\$11.406.694.305,87 recursos próprios da Superintendência (76,17%). Um dado interessante apontado sobre a



¹ Fonte: SUDAM. Relatório de Desempenho da Política de Incentivos Fiscais período: 01/07/96 a 30/06/97. Belém, 1998.

² Ibidem, p.10 e 11,15.

distribuição destes investimentos é que os Estados do Mato Grosso e o Pará foram os maiores beneficiados na ordem de 32,37% e 29,16% respectivamente, ficando os Estados do Roraima e do Acre com as menores parcelas dos recursos na ordem de 0,37% e 1,16% respectivamente. A

previsão feita pelo órgão era que com estes projetos seriam gerados 59.316 empregos na região, sendo 53,47% no Pará correspondendo a 17.130 e no Mato Grosso na ordem de 14.588 empregos. Entretanto, o desemprego neste período subiu consideravelmente na região, até porque estes investimentos não foram na sua maioria realizados segundo a previsão.

Outro dado interessante é sobre os investimentos em projetos na categoria de isenção, neste mesmo período (91-97) foram aprovados 604 projetos entre 81,78% de isenção e 16,72% de redução e 1,49% de reinvestimento do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas. O maior beneficiário foi o setor industrial, com 557 projetos, em segundo lugar o setor serviço com 16 projetos, agropecuário com 9 e do agroindústria com 02 projetos. O Estado de maior concentração de investimento foi o Amazonas com 69,54%, basicamente indústrias da zona franca. Poderíamos citar vários investimentos feitos, como aconteceu no Pará, no período de julho a setembro de 2000, ano das eleições municipais, foram liberados recursos da SUDAM, na ordem de R\$ 17.737.322,49 para 74 municípios, dos quais 41 governados pelo PMDB e os demais ligados ao esquema do Jader Barbalho, como PTB, PPB, PFL. Outro exemplo, são os recursos do FINAM na ordem de 200 milhões concedidos a empresas do Estado do Pará, sendo que 50% destes recursos se concentrou no pólo Altamira, como se sabe nem 30% foram aplicados na geração de emprego e renda. Estes dados que

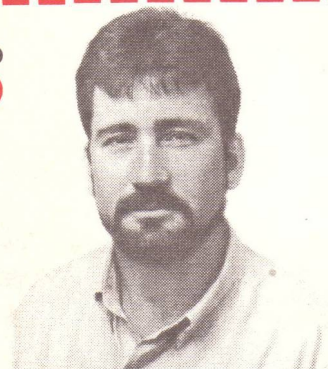


apresentamos acima servem para chamar a nossa atenção do montante de recursos que são destinados a projetos na região e que o retorno para a área socioeconômica é basicamente zero. Ao analisarmos este montante de investimento e compararmos com os poucos recursos que os governos democráticos

populares tem recebido e as políticas públicas que tem implantado nos municípios e estados, nas áreas da saúde, da educação, da infraestrutura, da cultura, da economia, nos dá a certeza que a intensificação ao combate a corrupção do dinheiro público e a proposição de políticas sociais para as áreas da produção familiar, saúde, educação, moradia, transporte, eletrificação, por exemplo, com esses recursos, contribuirá para a transformação social da região em benefício de sua população. Neste sentido, o grande desafio dos governos democráticos é discutir a redefinir dos agentes financiadores como BNDES, Caixa Econômica, BASA, Banco do Brasil, Bancos dos Estados, com vistas a democratização e aplicação destes recursos na busca de um desenvolvimento sustentável para região.

GABINETE DEPUTADO ZÉ GERALDO

**MANDATO COLETIVO
CONTRA A CORRUPÇÃO,
EM DEFESA DO
DINHEIRO PÚBLICO
PARA O
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA
AMAZÔNIA.**



Assembléia Legislativa do Estado do Pará - Gab 4P3
Fone/Fax: 212-0915 / 213-4339 / 213-4213
E-mail: zegerald@supridados.com.br